

Impactos ambientais culturais e estéticos no Parque Estadual do Pico do Jabre, Matureia (PB)

Angela Maria Cavalcanti Ramalho, Camila Carol Albuquerque Oliveira, Pollyana Soares de Abreu Moraes, Suely Oliveira Pinheiro Costa

RESUMO

O impacto ambiental geralmente resultante de atividades antrópicas, podem afetar direta ou indiretamente o ecossistema, a população, as atividades socioeconômicas, as condições estéticas e culturais como também a qualidade de vida e dos recursos ambientais. O presente trabalho teve como objetivo fazer uma análise dos impactos culturais e estéticos no Parque Estadual do Pico do Jabre, na cidade de Matureia (PB), resultante principalmente da implantação de torres de comunicação. Foi feito um levantamento de dados e uma visita de campo para analisar os impactos culturais e estéticos existentes naquela Unidade de Conservação. A área analisada é vista como de grande potencial para a prática do Ecoturismo, porém não há condições favoráveis a este tipo de atividade devido à ausência de investimentos e valorização da mesma; tornando o ambiente facilmente degradado pelos visitantes. A comunidade tradicional do entorno do Parque, que poderia ser beneficiada com a atividade turística, teve sua cultura modificada. Essa mudança está relacionada à apropriação daquele espaço por empresas de telecomunicações, as quais provocaram além de impactos ambientais, problemas atípicos no cotidiano da região. Neste contexto o trabalho mostra a situação de uma das unidades de conservação de maior relevância do Estado da Paraíba, um cenário digno de respeito, mas que se encontra degradado e esquecido.

PALAVRAS- CHAVE: Impactos, Cultura, Estética

Cultural and aesthetic environmental impacts on Pico do Jabre State Park, Matureia, Paraíba, Brazil

ABSTRACT

The environmental impact generally resulting from human activities, may directly or indirectly affect the ecosystem, population, socioeconomic activities, aesthetic and cultural conditions as well as the quality of life and environmental resources. This study aimed to make an analysis of cultural and aesthetic impacts on “*Parque Estadual do Pico do Jabre*”, in the city of Matureia, state of Paraíba, resulting mainly from the deployment of communication towers. A survey of data and a field work were made in order to analyze the cultural and aesthetic impacts on that Conservation Unit. The area examined is considered as of great potential for the ecotourism practice but there are not favorable conditions for that type of activity due to lack of investment and appreciation of it, making the environment easily degraded by visitors. The community's traditional surroundings of the park, which could be beneficiary of the tourist activity, had its culture changed. This change is related to ownership of that space by telecommunication companies, which resulted not only in environmental impacts, but also atypical problems in the routine of the region. In this context, this study shows the situation of one of the conservation units of greater relevance on the State of Paraíba, a scenario worthy of respect, but that is degraded and forgotten.

KEY-WORDS: Impacts, culture, aesthetic

Introdução

O Impacto Ambiental é definido como alterações nas características físicas, químicas, biológicas do ambiente, causada por qualquer forma de matéria derivada das atividades antrópicas e, que possa direta ou indiretamente afetar a saúde, segurança e o bem-estar da população; as atividades econômicas e sociais, a biota, as condições estéticas e sanitárias e a qualidade dos recursos ambientais (Resolução nº. 001, de 23 de janeiro de 1986 – CONAMA), sendo importante incluir nos estudos sobre avaliação de impactos ambientais as dimensões de manutenção da capacidade de suporte dos ecossistemas, a conservação da qualidade do ambiente e as dimensões sócio-cultural, econômica, bem como as institucionais.

A Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) surgiu nos EUA, no final da década de 60, devido a pressões dos ecologistas. O Brasil teve a sua primeira Lei Federal relativa ao meio ambiente promulgada e assinada em 31/08/81, onde a AIA foi instituída. Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 88.351 de 01/06/83. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) aprovou a Resolução nº 001 em 23/01/86, estabelecendo definições, responsabilidades, critérios básicos, e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente.

Com a promulgação da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, vários critérios e normas foram criados, visando o correto estabelecimento e gestão das unidades de conservação. As Unidades de Conservação (UC) representam uma das melhores estratégias de proteção do patrimônio natural e de seus atributos. Nestas áreas, a fauna e a flora são conservadas, assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, garantindo a manutenção do estoque da biodiversidade (VILELA, 2006).

A ideia inicial de criação das Unidades de Conservação (UC) surgiu no final do século passado, com a finalidade básica de promover a conservação da beleza natural ainda presente em várias áreas geográficas intactas e a primeira UC brasileira foi o Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro, criado em 1937. Com o tempo, percebeu-se que não apenas as belas paisagens mereciam ser conservadas, mas também aquelas que exercem funções fundamentais na manutenção dos ecossistemas e do equilíbrio ecológico.

No Brasil a proteção da biodiversidade está instituída como um princípio constitucional sendo um compromisso de todos os setores da sociedade e não simplesmente uma ação de governo, cabendo a responsabilidade maior ao poder público, em todas as unidades da federação. A definição dos espaços territoriais que necessitam terem seus componentes naturais protegidos e/ou com exploração regulamentadas visa à manutenção de sua integridade natural. Assim, a criação e a manutenção das UCs são atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que, no caso específico da União, a atribuição de realizar estudos para a sua criação e o posterior monitoramento e administração pertence ao Instituto Brasileiro do

Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (SILVA, 1999).

Segundo o mesmo autor, no caso dos estados (extensivo ao Distrito Federal), para uma área ser transformada em Unidade de Conservação (Unidade de Conservação Estadual) ela deverá combinar dois ou mais dos seguintes critérios:

- Estar localizada dentro dos limites de dois ou mais municípios;
- Ter a presença confirmada de espécies de animais e/ou plantas raras ou ameaçadas de extinção e protegidas por legislação estadual e/ou federal;
- Incluir ecossistemas relevantes em nível regional ou estadual;
- Proteger bacias hidrográficas importantes para um conjunto de municípios;
- Atuar como corredor ecológico conectando duas ou mais unidades de conservação já existentes;
- Abrigar elementos de valor histórico, cultural ou antropológico de interesse estadual ou grande beleza cênica.

Portanto, a criação de Unidades de Conservação pode ser considerada um instrumento importante na busca da conservação, preservação e/ou gestão dos recursos naturais em áreas ou territórios que se encontram vulnerabilizados por processos de degradação resultantes de fatores antrópicos, econômicos e sociais.

Desse modo, é relevante ter a consciência de que, à medida que as sociedades vão se tornando cada vez mais complexas, é preciso mais ação reguladora, o que normalmente se processa através do poder público.

Em muitos casos é necessário um planejamento estratégico do poder público que valorize as questões ambientais, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Supomos, assim, que os impactos destrutivos sobre os ecossistemas decorrentes da visão desenvolvimentista provocam uma crise do paradigma vigente, exigindo uma nova visão que contemple a percepção ecológica, mais holística, entre os fenômenos da natureza, inclusive com um diálogo profícuo entre homem-natureza.

Dentro desta dimensão holística, o Ecoturismo vem sendo uma forma eficiente de proteger as Unidades de Conservação. De acordo com Furlan (2003, p.47), o Ecoturismo tem sido considerado como uma nova modalidade do turismo que poderá criar uma nova prática de lazer associada à conservação da natureza.

Esta modalidade de turismo está associada aos locais de natureza intocáveis, principalmente as Unidades de Conservação, por estas serem áreas que reúnem diversas condições para o exercício do Ecoturismo. Devido a quantidade de Parques Estaduais e Unidades de Conservação, o Ecoturismo vem ganhando importância econômica no Brasil. Segundo Conti (2003, p.104), em geral, o Ecoturismo vem sendo considerado como uma atividade de baixo impacto ambiental e uma possibilidade de sustentação econômica para as Unidades de Conservação.

Neste contexto, o Ecoturismo caminha junto à sustentabilidade, pelo fato de seu desenvolvimento poder contribuir para promover a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, nos lugares onde ele ocorre, através da geração de empregos, rendas complementares e de outros benefícios sociais.

A partir da configuração esboçada, o trabalho buscou analisar os impactos ambientais culturais e estéticos no Pico do Jabre/PB, uma área de grande beleza cênica para a prática do Ecoturismo, mas que, no entanto, encontra-se limitada. Existem poucas informações sobre o local, sua divulgação é restrita, não existe investimento para esta atividade e assim, a área é constantemente degradada.

Os impactos ambientais analisados são resultantes principalmente da implantação das torres de comunicação como, rádios, televisões e telefonia móvel e, nesta trajetória, perceber no contexto atual as ações sociais da população e do poder público do município com relação à preservação ambiental.

Dentro do ordenamento cosmológico, a vida ocupa lugar de destaque e não menos relevante encontra-se a vida consciente – a vida humana. Todavia, não podemos perder de vista que tanto o homem como a natureza faz parte de um todo. Responsável por suas ações, na medida de sua consciência, o homem tem alterado bastante seus valores e, em consequência, sua atitude ética em relação ao meio ambiente. Com relação à ética lembramos ser necessário ter presente que o comportamento ético é sempre individual, portanto, o agir humano necessita construir uma ética de convivência harmoniosa com a natureza, baseada na integridade e não na ruptura.

Assim, a mudança passa necessariamente pelas escolhas de nossas ações, o que faremos de nossas vidas e do mundo em que vivemos, podemos pintar os quadros de um novo meio ambiente com nossa criatividade, promovendo mudanças ambientais significativas.

A metodologia deste trabalho fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, análise de entrevistas e história de vidas dos atores sociais daquela região (moradores, empresários, vereador, representante da ONG, pesquisadores, professores) e análise dos impactos 'in loco'. Os atores sociais foram escolhidos pela relevância de suas ações na busca da minimização dos impactos sobre o Pico do Jabre. Os atores sociais são em sua maioria, gestores que formam redes de articulações em busca de soluções para a problemática. Outros foram escolhidos por terem uma visão crítica quanto à gestão pública municipal em suas tentativas de resolução dos problemas.

Unidade de Conservação Parque Estadual do Pico do Jabre

A Unidade de Conservação denominada de Parque Estadual do Pico do Jabre foi criada por apresentar atributos naturais excepcionais em uma área de aproximadamente 500 ha, entre os municípios de Matureia e Mãe D'água, com possibilidade de conciliação de proteção da fauna, flora e paisagem, além da sua utilização para pesquisas científicas e estudos em várias áreas do conhecimento, como também recrea-

ção e entretenimento.

Portanto, em função da importância ambiental do Pico do Jabre no contexto sócio-cultural, econômico e político da região onde se encontra inserido, justificamos o estudo buscando contribuir no sentido de estimular e legitimar a participação de atores sociais importantes nos processos decisórios de gestão ambiental e viabilizar mudanças pautadas na co-responsabilidade

Caracterização da Região de Matureia

Para efeito deste estudo serão considerados os dados apenas do município de Matureia por englobar a maior parte da área física do Parque Estadual Pico do Jabre, objeto deste trabalho.

Localização e Acesso

O município de Matureia (Figura 1) possui uma área de 97km² e se insere na folha Patos (SB.24 - Z-D-I) editada pelo MINTER/SUDENE no ano de 1972. A sede municipal situa-se no centro-oeste do Estado da Paraíba, meso-região do sertão paraibano e micro-região da Serra do Teixeira, a uma altitude de 800 metros e com coordenadas de 9.196.400NS e 682.053EW (CPRM, 2005). Limita-se ao norte com os municípios de Teixeira (PB), ao sul com os municípios de Brejinho (PE) e Mãe d'Água (PB) e ao oeste com o município de Imaculada (PB).

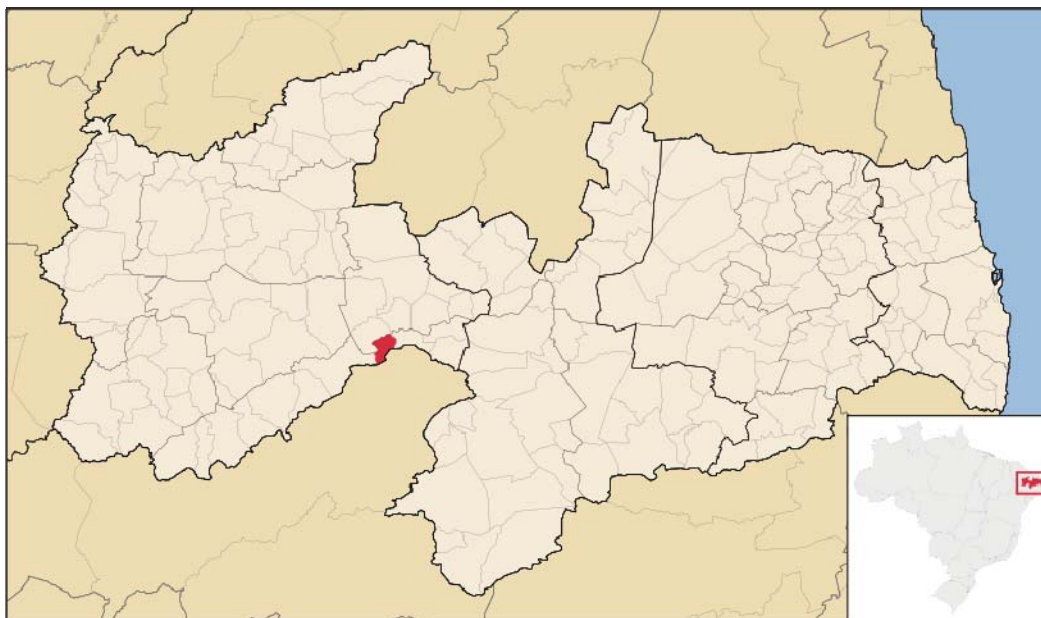


Figura 1: Cidade de Matureia destacada no mapa da Paraíba.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Paraiba_Municip_Matureia.svg

O acesso ao Parque pode ser feito partindo da cidade de João Pessoa, pela rodovia BR-230 num percurso de 315 km, em direção ao interior do estado, passando por Campina Grande até uma comunidade chamada Barra, após a cidade de Juazeirinho, seguindo pela PB-238 passando por Taperoá em direção a Teixeira e finalmente chegando a Matureia.

Aspectos Socioeconômicos do Município de Matureia

O município de Matureia foi criado pela lei número 6.175 de 13 de dezembro de 1995 e instalado em 01 de Janeiro de 1997 (CPRM, 2005). A população total residente no município é de 5.785 habitantes, dos quais aproximadamente 48,9% são da zona urbana e 51,1% da zona rural. Sob o ponto de vista econômico existe a predominância do setor primário que participa com 75 a 100%, seguido do setor terciário com 5 a 25% e do setor secundário, ainda incipiente, com 0 a 5% (IBGE, 2000-2007).

Aspectos Fisiográficos

O meio físico do município de **Matureia** situa-se no Polígono das Secas. Possui clima Aw' - Quente úmido com chuvas de verão e outono. Segundo a divisão do Estado Paraíba em regiões bioclimáticas, o município possui clima 4aTh-Tropical de seca acentuada com 7 a 8 meses secos. A pluviometria média anual é de 746 mm com 79% deste total concentrando-se no período entre os meses de fevereiro e maio. A vegetação é do tipo Matas Serranas, enquanto a temperatura média anual é de 24 a 25°C.

Com relação à topografia, toda a área do município apresenta relevo ondulado a fortemente ondulado com cotas que variam entre 750 e 1.000m. Ao norte onde ocorre a serra do Logradouro localizam-se as áreas de cotas elevadas com o relevo fortemente ondulado e declividade elevada. Ao sul, na Serra do Balanço, ocorrem também cotas elevadas só que se tratando de Coberturas Lateríticas (QI) apresentando declividades médias à baixa. Nas porções sudoeste e sudeste ocorrem cotas menos elevadas, na faixa de 750 a 800m.

Águas Superficiais

Matureia encontra-se inserida nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Piranhas, sub-bacia do Rio Espinharas. Os principais tributários são os riachos Santo Antônio e das Moças. Todos os cursos d'água do município têm regime de fluxo intermitente.

Caracterização da Unidade de Conservação do Parque Estadual Pico do Jabre

O Parque Pico do Jabre está localizado no Centro Sul do Estado da Paraíba no município de Matureia, Serra de Teixeira, entre os meridianos de 7°11'10" S e os paralelos de 37°08'22" e 37°25'53" W, elevando-se até 1.197m acima do nível do mar. É, portanto, considerado o pico mais alto localizado no Nordeste Setentrional, que engloba seis estados: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará e Maranhão.

Apresenta como características fisiográficas:

- Relevo fortemente ondulado no qual se destaca área cristalina elevada onde se localiza o ponto culminante do Estado;
- Clima quente e úmido com temperatura média anual em torno de 21°C e pluviosidade anual média entre 800 e 1000 mm;
- Vegetação florestal serrana lá encontrada. Apresenta espécies arbóreas da mata úmida e elementos da Caatinga, sendo que esta última tipologia de vegetação predomina na região de entorno.

Atributos Naturais

Com o objetivo de proteger esta área geográfica foi criada a Unidade de Conservação Parque Estadual do Pico do Jabre, através do Decreto nº 14.843 em 19/10/92, possuindo uma área de 500 ha constituída de grande diversidade natural que concilia flora, fauna e afloramentos rochosos.

Flora

A diversidade fitofisionômica da região do Pico de Jabre com a ocorrência dos serrotes, mata serrana e caatinga é justamente o que proporciona beleza à região. Destacam-se ali espécies ameaçadas de extinção, que já figuram na lista do IBAMA, como o angico, o cedro, a umburana, a quixabeira. Outras, como a aroeira e o umbuzeiro, já se encontram protegidas pela legislação florestal de serem usadas como fonte de energia, a fim de evitar a sua extinção.

A mata caracteriza-se pela vegetação semicaducifólia, subxerofítica, conhecida como "mata serrana", com elementos florísticos característicos da mata úmida e da caatinga, constituindo o único representante do domínio de Mata Atlântica da Paraíba, como também pela presença de afloramentos rochosos graníticos e gnáissicos (Figura 2) (SECTMA, 2008).

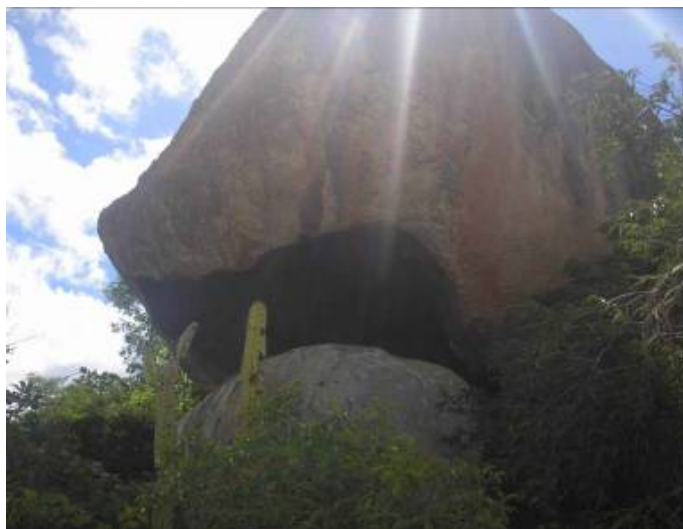


Figura 2: Afloramento rochoso (Foto: Camila Oliveira, 2008).

As formações vegetais predominantes na área são de dois tipos: os que incluem espécies como o cedro, o pau-d'arco-amarelo e a barriguda, encraves da Mata Atlântica (Figura 3) e outras típicas da caatinga, como o angico, a jurema preta, o marmeleiro e o jatobá, ocorrendo ainda uma zona de transição entre as duas.



Figura 3: Barriguda, exemplar da Mata Atlântica (Foto: Camila Oliveira, 2008).

A dominância ou subdominância de espécies de *Cactaceae* na fisionomia vegetacional da caatinga nordestina é de peculiar importância econômica, principalmente pelo valor ornamental e forrageiro. No que diz respeito à agropecuária regional, algumas espécies servem para alimentação de bovinos, caprinos e ovinos, principalmente na época de estiagem. Andrade-Lima (1966) destacou *Cereus jamacaru* DC. Entre as espécies nativas utilizadas para esse fim, principalmente dos gêneros *Cereus*, *Opuntia* e *Pilosocereus*.

Segundo a literatura estudada, embora o Pico do Jabre seja considerado uma das mais importantes áreas de preservação do Estado, os trabalhos sobre sua flora e vegetação estão limitados à descrição de uma nova espécie, *Solanum jabrense* e aos tratamentos inéditos das famílias *Bignoniaceae*, *Cactaceae* e *Acanthaceae*.

Fauna

A fauna da região é representada por espécies raras e selvagens em risco de extinção. São encontradas várias espécies de macacos, répteis, mocó, tamanduá, gato maracajá, raposa, veado catingueiro, onça-suçuarana, jibóia e coral-verdadeira, aves raras, entre outros que aos poucos vão desaparecendo vítimas da caça predatória e das queimadas.

Caracterização dos impactos ambientais culturais e estéticos positivos e negativos no Pico do Jabre (PB)

No limiar do século XXI a problemática ambiental é recorrente nos debates em todos os segmentos da sociedade, a humanidade está exigindo cada vez mais respostas urgentes dos gestores públicos, dos representantes políticos, dos movimentos sociais, do Direito etc., com ações eficazes aos complexos problemas ecológicos. É neste contexto que surgem os precedentes científicos com novos paradigmas, que ao entenderem que o homem e a natureza se integram de forma sistêmica, os estudiosos deste sistema não poderiam lançar mão apenas de uma área do conhecimento – buscam na interdisciplinaridade – uma explicação para a problemática, para responder a tudo que o homem planejou e executou, portanto a barbárie não deve ser a única perspectiva futura. Esta ordem tem várias facetas, e diante da sua complexidade de pensamentos e atitudes humanas, que nem sempre se pautam por uma conduta ética, precisamos mudar o rumo da história.

Assim, deslocamos um olhar contemplativo e crítico especial na busca de identificarmos a responsabilidade dos poluidores e degradadores do meio ambiente que é uma temática que tem suscitado controvérsias em todos os segmentos da sociedade, considerando que a Constituição de 1988 garante no Art.225. *Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à*

sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Tomando como referência a Carta Magna brasileira a sociedade civil necessita questionar e propor alternativas, criando um espaço democrático participativo, ético e cidadão na busca de uma sociedade ecologicamente sustentável. Assim: “[...] ao sonharmos sozinhos, limitamos ao sonho. Quando sonhamos em grupo, alcançamos imediatamente a realidade. A utopia compartilhada com milhares é o esteio da História” (CÂMARA, 1980).

Impactos Ambientais: um problema cultural

Os impactos socioculturais são definidos como as mudanças introduzidas no cotidiano das comunidades, que podem estar relacionadas com os aspectos sociais e também aos de preservação e manutenção dos patrimônios culturais e naturais. Quanto a sua natureza, podem ser classificados como benéficos ou prejudiciais para a população, dependendo das diferenças de cultura ou da natureza do contato humano.

Os impactos são detectados através de vários aspectos: a arte, o trabalho, a linguagem, o artesanato, o relacionamento com a tecnologia, as relações de consumo, o vestuário, a postura corporal dentre outros fatores. Assim, as potencialidades econômicas que proporcionam o desenvolvimento científico-tecnológico, produzem distorções nas relações entre os homens e a natureza com ação transformadora no campo estético e cultural através de intervenções inadequadas que provocam impactos ambientais, trazendo problemas atípicos para o cotidiano da região.

Desse modo, no primeiro tópico deste estudo sobre a observância dos Impactos culturais e estéticos, nos detivemos a analisar a ordem física e natural do Pico do Jabre, espaço físico. No segundo tópico especificamos os impactos observados através da lente da nossa retina, desenvolvendo uma pesquisa de campo que utiliza como instrumento a observação participante, dialogando com os moradores da região que através das suas histórias de vida, resgatamos a memória de um ecossistema que hoje se encontra impactado.

O estudo tornou-se uma aventura prazerosa, pois cada trilha superada nos conduzia a uma visão poética e harmoniosa com o ecossistema, cada passo nos fez conhecer um pequeno recorte do passado, do presente e dos sonhos de uma comunidade, verdadeiros protagonistas da história daquele recanto bonito do Sertão Paraibano, incrustado no nordeste brasileiro.

Sendo assim, foi necessário voltarmos nossos olhares para aquele elemento que é único do ser humano, a cultura. De acordo com antropólogos como, Malinowski (1975),

a cultura é um conjunto integral de instituições, em parte autônomas, m parte coordenadas. Ela se integra à base de uma série de princípios, tais como: a comunidade de sangue por meio da procriação. Tais como: a comunidade de sangue por meio da procriação; a contiguidade espacial, relacionada à cooperação; a especialização de atividades, e, por fim, mas não menos importante, o uso do poder na organização política.

e ainda Geertz (1989):

Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade (quanto mais eu tento seguir o que fazem os marroquinos, mais lógicos e singulares eles me parecem). Isso os torna acessíveis: colocá-los no quadro de suas próprias banalidades dissolve sua opacidade.

Assim, os conceitos referenciados, nos revelam claramente que a cultura aconteceu mediante as escolhas de comportamento que o homem faz com o uso da razão.

Na perspectiva axiológica, o homem faz a cultura, faz suas escolhas, mediante os valores e os sentidos dos fatos, situações e objetos com os quais se relaciona. Assim, busquemos refletir a cultura dentro de um plano de escolhas e valores que o homem fez em face de sua intervenção no planeta, no meio em que vive, diante do determinismo capitalista, do mito do desenvolvimento, do progresso da ciência e tecnologia e o pragmatismo que proporciona deixando o homem em êxtase. Os valores são criações humanas e não entidades abstratas e universais, válidas em qualquer tempo e lugar.

Diante do paradoxo que nos deparamos: de um lado os avanços científico-tecnológicos proporcionado pelo mundo moderno e contemporâneo e de outro as perspectivas antropológicas que revela a miséria e a desumanização de um povo, além da “cultura de destruição” do meio ambiente. É emblemático questionarmos o grau de consciência do homem, pois acreditamos ser o mesmo determinante do grau de responsabilidade sobre os problemas pertinentes ao meio ambiente.

Análise dos Impactos culturais no Pico do Jabre

A comunicação entre os atores sociais da comunidade nos primórdios se processava através da utilização da *queima de fogos* para anunciar a presença de autoridades políticas e eclesiais, reuniões, festas religiosas e culturais, óbito, comício etc. Num segundo contexto a comunicação passou a ser feita através do Rádio (especificamente à Rádio Espinhara de Patos/PB), possibilitando maior diversidade de informação abrangendo simultaneamente maior número de pessoas e locais. No

contexto atual se processa basicamente através do telefone celular provocando um impacto positivo, pois a comunicação se processa mais rápida e personalizada, aproximando a comunidade e resolvendo problemas de ordem pessoal e coletivo. Nas caminhadas pelas estradas de barro era comum encontrarmos pessoas desenvolvendo atividades agropecuárias conduzindo um telefone celular.

A locomoção campo/cidade acontecia basicamente através de cavalos, jegue, burros, carroça e até carro de boi, com a construção e melhoramento das estradas vicinais o deslocamento passou a ser feito através de camioneta ou caminhões. O Jegue nordestino foi substituído pela moto, na maior parte das residências algum componente da família possui moto. A mudança beneficiou a comunidade pela facilidade que o meio de transporte tem para se locomover nas estradas vicinais, além da diminuição dos custos de manutenção. Todavia, impactou o meio ambiente pela emissão de monóxido de carbônico no ar que antes era bastante puro, também aumentou a violência no campo, como por exemplo, crimes por encomenda, assaltos e roubos, além de facilitar a venda de animais característico da região como: tatu, peba, macacos etc.

Assim, antes da chegada das torres de comunicação as famílias se juntavam para dialogar sobre as principais demandas sociais e econômicas da comunidade, rezar as novenas e orações, assistir as cantorias, organizar grupo de danças, festas natalinas, realizarem jogo de futebol, escutar os programas de Rádio. Hoje as pessoas não participam ativamente da vida em comunidade de forma cooperativa, pois preferem ficar em casa para assistir as telenovelas e outras programações televisivas a exemplo de programas populares, dominicais de auditório, além de competições esportivas etc.

Outro impacto cultural observado na comunidade em análise, diz respeito ao vestuário dos atores sociais, antes se vestiam conforme os costumes característicos da região, (muitas vezes cobrindo a maior parte do corpo), hoje o vestuário toma como referência o vestuário de artistas vistos na televisão, principalmente das atrizes de telenovelas, com calça jeans bem justa e cintura bem baixa, cabelos lisos com cores fortes, sandálias com saltos bastante altos. As danças tradicionais especificamente as quadrilhas se assemelham as danças europeias com roupas que descaracterizam a cultura local. Impactando os costumes e valores da cultura eminentemente Nordeste.

A estrutura produtiva na localidade estava centrada no cultivo de plantas alimentícias como: milho, feijão, mandioca, verduras etc. Na comunidade em observância a cultura predominante do ponto de vista econômico era o sisal que se produzia para fazer cordas, com vendas feitas diretamente para as indústrias de beneficiamento com sede na cidade Teixeira/PB, como também a castanha de caju comercializada para fábricas, supermercados e restaurantes. Essas culturas foram substituídas por outras em função da pequena demanda do mercado, sendo substituídas pela plantação de cenoura, que com a escassez de água na região também impactou os recursos hídricos com o uso indiscriminado dos agrotóxicos.

No que concerne ao aspecto cultural Freire (1974) enfatiza que:

Há um equilíbrio ecológico social. Um equilíbrio entre o homem e sua cultura e o ambiente dentro da qual ele se desenvolve e que, ao mesmo tempo, se modifica sob ação do homem. Essa ação do homem, porém, longe de ser simplesmente 'natural', como a de uma planta ou de um animal com relação área/região por ele habitada, é, sobretudo natural.

Assim, é relevante observarmos que a vida social resulta da interação – processo básico – e que a hereditariedade, o meio físico e o meio social precisam ser levados em consideração, se desejarmos compreendê-la realmente.

Como podemos perceber, a cultura produzida e vivida hoje na comunidade em estudo, passa por um processo de troca por outros laços culturais, dirigida através das imagens do meio midiático que se processa a luz do capitalismo global que estimula o consumismo, a inversão de valores, nulidade de escolhas e evidentemente os padrões universais como a família e a religião. Além de enfraquecer as formas de identidade cultural. Assim,

[...] a tendência em direção a uma maior interdependência global está levando ao colapso de todas as identidades culturais fortes e está produzindo a fragmentação de códigos culturais, aquela multiplicidade de estilos, àquela ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente e na diferença e no pluralismo cultural (HALL, 2005, p.75).

Desse modo, à medida que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, torna-se difícil conservar as identidades culturais ou impedir que elas enfraqueçam pelo impacto da infiltração cultural.

Pode-se observar a inserção do “global” no “local” especificamente no que concerne a transformação das identidades. Segundo Hall (2005, p.77), as identidades nacionais, representam vínculos a lugares, eventos, símbolos, histórias particulares, representam de uma forma particularista de vínculo ou pertencimento.

Análises dos Impactos Ambientais estéticos no Pico do Jabre

Etimologicamente, a palavra estética vem do vocábulo grego “*aisthesis*”, cujo significado em filosofia pode ser traduzido pelas expressões “faculdade de sentir”, “compreensão pelos sentidos”, “percepção totalizante” ou, simplesmente, “sensação”. Os impactos ambientais estéticos são as alterações no meio ambiente, natural ou urbano, de origem antrópicas, interferindo no aspecto visual da paisagem criando algum tipo de “sensação” em quem a contempla, podendo ser positiva ou negativa.

A crescente visitação às Unidades de Conservação faz com que surjam impactos de diversas ordens, relacionadas à degradação ambiental e às mudanças sócio-culturais, que comprometem a beleza paisagística do local (IBAMA, 2008). Nesse ínterim a poluição visual pode ser definida como os efeitos danosos resultantes dos impactos visuais causados por determinadas ações e atividades, a ponto de: prejudicar a saúde, a segurança e o bem estar da população; criar condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetar desfavoravelmente a biota; afetar as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente (SILVA, 2003).

Deste modo o fator estético identificado como elemento preponderante para descaracterizar a paisagem natural, também motivou a realização desta pesquisa, sendo, portanto, sobre a problemática da poluição visual que passaremos a analisar em seguida.

No Pico do Jabre e sua região de entorno, a poluição visual é produzida tanto pelos moradores locais, quanto por visitantes e empresas da área de comunicação que o utilizam como local de propagação de seus sinais. De modo geral estes podem ser visualizados à longa distância já durante o percurso de acesso ao mesmo. Das estradas de acesso à cidade de Matureia percebe-se uma enorme quantidade de torres de comunicação dispostas no seu cume. Nesse mesmo caminho encontramos diversas paisagens naturais que contrastam com a paisagem urbana e rural, influenciando diretamente as características e atributos da estética da paisagem local.

Assim, a partir da configuração esboçada serão analisados os impactos visuais positivos e negativos presentes no Pico do Jabre resultantes de fatores que consideramos relevantes como: antrópicos e econômicos.

Impactos Ambientais Estéticos: uma questão visual

Os impactos estéticos positivos, representados pela paisagem natural original do local, são ofuscados pela poluição visual (impacto negativo), fazendo com que apenas sejam visualizadas a grande quantidade de resíduos sólidos (garrafas, latas, papéis, sacos plásticos, etc.), pichação de afloramentos rochosos da área e uma precária sinalização.

Em se tratando de uma Unidade de Conservação os atributos naturais como vegetação, altitude e clima são fatores motivadores de visitação e de conservação da área, justificando desse modo, a importância de se analisar a poluição ambiental como elemento impactante.

Assim, na Unidade de Conservação do Pico do Jabre observamos como principais impactos visuais os resíduos sólidos, a presença de antenas e as pichações. Dispostos analiticamente a seguir:

Resíduos sólidos

A presença de resíduos sólidos é uma constante no Pico do Jabre, são resíduos dispostos no ambiente por turistas e visitantes que, constantemente vão até o local contemplar a bela paisagem vista do alto ou visitá-lo como forma de entretenimento.

Os resíduos sólidos são acumulados dentro e fora dos depósitos que, ao longo dos dias, tornam-se pequenos para a imensa quantidade de rejeitos (Figura 4). Observa-se que não há uma coleta periódica dos mesmos, uma vez que não existe uma administração efetiva na área, atualmente a Prefeitura e a ONG Instituto Jabre têm feito a limpeza voluntária para proporcionar o mínimo de conforto para os visitantes, segundo Daniel Dantas, presidente da Câmara dos Vereadores de Matureia e membro da ONG. A maior parte dos resíduos sólidos encontrados são embalagens plásticas de alimentos, latas e garrafas de bebidas, sacos plásticos etc. (Figura 5), alguns são jogados em lugares de difícil acesso, dificultando ainda mais a limpeza da área.



Figura 4: resíduos sólidos acumulados no depósito (Foto: Camila Oliveira, 2008).



Figura 5: Resíduos sólidos, jogados em locais de difícil acesso (Foto: Camila Oliveira, 2008).

Torres de comunicação

A primeira torre fixada no Pico do Jabre foi no ano de 1968 pela Empresa de Telecomunicações da Paraíba – ETP, hoje desativada, segundo informação de João Orlando, vigilante das torres existentes no local. Atualmente, encontra-se presente 17 torres de empresas diferenciadas de telecomunicações (telefonia móvel, televisões, internet e rádio AM e FM), algumas mesmo desativadas, continuam na área impactando de maneira negativa a paisagem natural presente.

No que concerne à percepção acerca dos impactos negativos trazidos pelas antenas percebemos a maneira aleatória e desordenada como elas são dispostas, desfavorecendo a contemplação da paisagem existente na parte elevada do pico (Figura 6).



Figura 6: Barreira de antenas na bela paisagem (Foto: Camila Oliveira, 2008).

A formação de um paredão de torres dificulta a visão para o horizonte, somente percebido sem barreiras após o visitante atravessar alguns obstáculos (Figura 7).



Figura 7: Vista do Pico do Jabre após atravessar as antenas (Foto: Camila Oliveira, 2008).

Desse modo, além de interferir na paisagem de forma negativa, a existência dessas antenas podem levar a ocorrência de outros tipos de impactos de saúde pública, que não serão abordados nesse trabalho.

Pichação

No caminho percorrido de Matureia até o Pico do Jabre em estradas vicinais, observamos pichações em rochas como manifestação de ideias de indignação política, econômica e sinalizações (Figura 8). A maioria dos visitantes deseja deixar sua “marca” no ponto culminante da Paraíba e acabam adotando práticas degradantes do meio ambiente.



Figura 8: Pichações nos afloramentos rochosos da região (Foto: Camila Oliveira, 2008).

Assim como as inscrições rupestres, forma pré-histórica de comunicação, o homem do meio rural ainda faz uso desses artifícios, só que através das pichações, para tornar a comunicação pública (Figura 9).

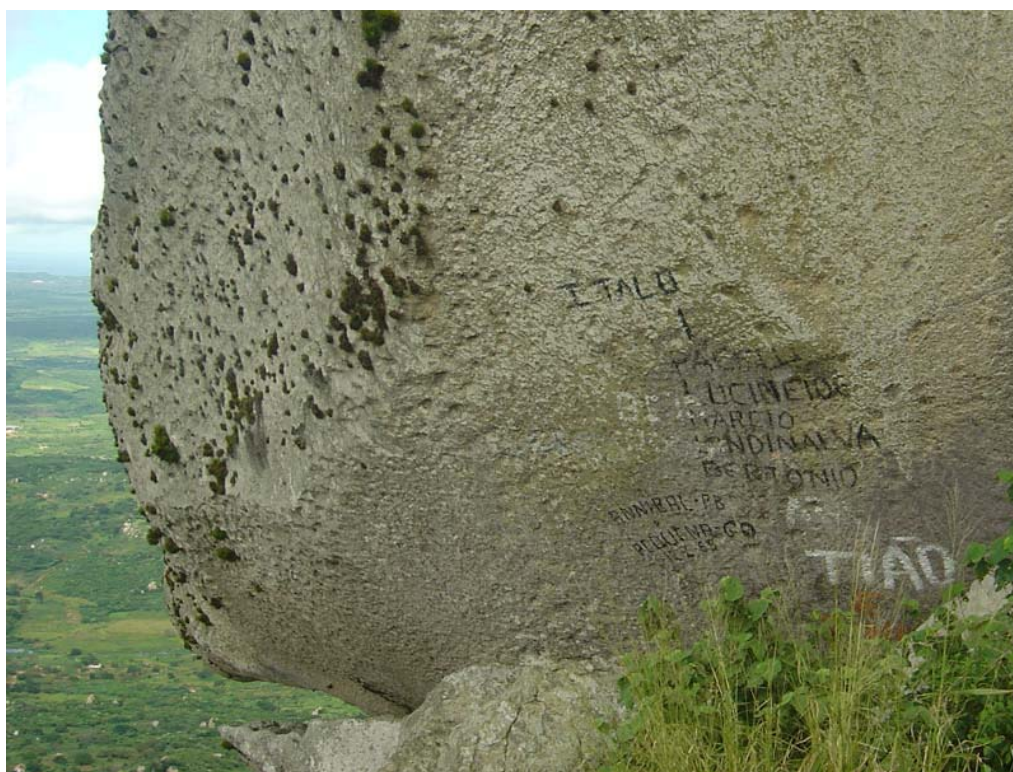


Figura 9: Visitantes deixando suas marcas no ponto culminante (Foto: Camila Oliveira, 2008).

A pichação leva a descaracterização da paisagem natural, demonstrando a falta de valorização por parte dos visitantes e da comunidade para com aquele Parque Estadual, uma vez que o vandalismo é praticado nas formações rochosas, recurso natural que levou milhares de anos para se formar.

Desse modo, o impacto ambiental estético redesenhado no Pico do Jabre pode considerar como um efeito negativo a visão contemplativa da paisagem, resultantes de ações antrópicas e atividades econômicas. Portanto, segundo Philippi Jr. et al (2004, p. 498),

Se na construção dos espaços pudesse ser estabelecido, simultaneamente, um processo de aprendizado ambiental, de modo a alterar as condições de percepção que as comunidades têm do espaço em que vivem, seria possível esperar uma transformação nas técnicas de intervenção (utilização e apropriação) dessas comunidades sobre sua paisagem.

Considerações Finais

O Parque do Pico do Jabre apresenta-se como um patrimônio natural e cultural de importância potencial para o desenvolvimento socioeconômico da região polarizada, como Micro-Região da Serra do Teixeira/PB, mediante planejamento estratégico para a introdução de atividades turísticas, tendo como mola propulsora a perspectiva de um desenvolvimento sustentável.

Os impactos ambientais culturais e estéticos na Unidade de Conservação do Pico do Jabre (PB) mapeados nessa pesquisa se configuram pela vulnerabilidade dos seus recursos naturais. Esta constatação indica uma ameaça à integridade deste patrimônio natural. Exigindo, portanto, a sistematização de propostas efetivas de gestão ambiental por parte do poder público estadual – como instituição formal responsável pela preservação e conservação dos mesmos, devendo mobilizar a comunidade e o poder público local; com um trabalho integrado que vise à conscientização da comunidade rural e urbana no sentido de assumir uma mudança de comportamento em relação aos impactos provocados na área.

Assim, independente da configuração negativa do impacto ambiental estético e cultural, que permeia as relações culturais da comunidade local e a beleza paisagística, se faz necessário a implementação de um marco regulador da posse e domínio da área do parque, bem como a organização da comunidade local para a implantação e desenvolvimento do Ecoturismo na região, como estratégia de desenvolvimento local sustentável apoiado na valorização do patrimônio natural e cultural da sociedade local.

Portanto, acreditamos ser relevante a presença do poder público, como ente articulador, estimulador, mediador e empreendedor da organização e da capacitação técnica e política da comunidade, focado na produção e capacitação de uma modalidade de capital social local, que priorize a apropriação das potencialidades existentes e suas efetivações.

Observamos que para otimizar a questão ambiental no Pico do Jabre faz-se necessário uma visão mais social, através da participação da população. As políticas públicas necessitam ser voltadas para os interesses da coletividade, criando espaços de discussão para que todos possam participar criticamente. Apesar do discurso politicamente coerente dos gestores municipais, é preciso maior participação da comunidade, o que só é possível através de campanhas de conscientização de modo que a comunidade se articule independente de concepções políticas e ideológicas.

A população necessita ser sensibilizada e mobilizada sobre os problemas dos impactos ambientais, com a participação das escolas, associações e os meios de comunicação, que necessitam mostrar a população as causas e os efeitos de suas atitudes impactantes, enfatizando a importância da co-responsabilidade da sociedade civil.

Ações e investimentos que promovam a prática do Ecoturismo naquela região terão papel fundamental na conservação daquele Parque Estadual. Tais ações devem levar em conta a inclusão da comunidade local na conscientização da importância ambiental do lugar, para sua história, sua economia e as futuras gerações.

É relevante a implantação de campanhas de coleta seletiva de lixo e mutirões para limpeza na área com ações de fiscalização, multas e punições levando o incentivo da população na busca da defesa do meio ambiente, considerando que faz parte da busca de um novo modelo de superação das dificuldades do envolvimento de interesses tão diferentes, como o desenvolvimento e a interação do homem-natureza para a conservação dos recursos naturais.

Referências Bibliográficas

CÂMARA, D. H. **Coletânea de discursos e orações**. Recife, PE, 1980. s.n.t

CONTI, J. B. Ecoturismo: Paisagem e Geografia. *In*: RODRIGUES, Adyr Balastrieri, (Org.) **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 104.

FREIRE, G. **Maitres et Esclaves**, Paris: Galimard, 1974.

FURLAN, S. A. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. *In*: RODRIGUES, Adyr Balastrieri, (Org.) **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p.47.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**, Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva e Glaucira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p.75-77.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2007. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwin.dow.htm>>. Acesso em: 10 Jul. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. 2008. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/guia/c-1corpo.htm>>. Acesso em: 10. Jul. 2008.

MALINOWSKI, B. **Uma teoria crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PHILIPPI JR., A. et al. **Curso de gestão ambiental**. São Paulo: Manole, 2004. p. 498.

SANTOS, P. S. dos. **Crime ecológico da filosofia do direito**. Goiânia: UFG, 1996.

SANTOS, F. P. 2003. **Meio ambiente e poluição**. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4753&p=1>> Acesso em: 17 jul. 2008.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE (SECTMA), 2008. Disponível em: <<http://www.sectma.pb.gov.br/meio%20ambiente/uce.php>>. Acesso em: 10 Jul. 2008.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (CPRM); PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS (PRODEEM). **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea no estado da Paraíba** – diagnóstico do município de Matureia. Recife: CPRM, PRODEEM, 2005.

SILVA, J. M. C. **Orientações para a criação de novas unidades de conservação**, 1999. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/guia/anexos/anexo8/index.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2008.

VILELA, M. F. **Unidades de conservação**, 2006. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01_15_2610200616155.html>. Acesso em 27 jun. 2008.

Notas

¹Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo VI, Art. 225, Inciso II: *"definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção."*

² lei federal n. 4771/1965 posteriormente alterado pelas leis 7803/1989 e 7875/1989).

Angela Maria Cavalcanti Ramalho: Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Email: angelaramalho@oi.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7449740069093028>

Camila Carol Albuquerque Oliveira: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Email: carcolli@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3479875274407285>

Suely Oliveira Pinheiro Costa: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Email: suelypinheiro23@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1528681162783697>

Pollyana Soares de Abreu Moraes: Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ

Email: polla_abreu@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0226663659102288>

Data de submissão: 31 de outubro de 2008

Data do aceite: 08 de janeiro de 2009